

# ShopFácil Soluções em Comércio Eletrônico S.A.

CNPJ 14.370.342/0001-08  
Sede: Núcleo Cidade de Deus - Prédio Cinza, 1º Andar, Sala 2 - Vila Yara - Osasco - SP

## RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,  
Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Contábeis da ShopFácil Soluções em Comércio Eletrônico S.A., relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2018, acompanhadas das Notas Explicativas e do Relatório dos Auditores Independentes.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2018, a Companhia registrou Lucro Líquido de R\$ 26.398 mil, Patrimônio Líquido de R\$ 44.751 mil e Ativos Totais de R\$ 63.135 mil. A política de dividendos da Companhia assegura o dividendo mínimo de 1% do lucro líquido aos acionistas, conforme previsto em seu estatuto social. Em dezembro de 2018, foram provisionados Dividendos aos

acionistas, no montante de R\$ 250 mil.

Em 24 de abril de 2018, a Companhia aumentou capital social no valor de R\$ 5.700 mil, sem emissão de ações, mediante a capitalização da conta de Reserva de Lucros.

Colocamos-nos à disposição de V.Sas. para quaisquer esclarecimentos que julgarem necessários.

Osasco, SP, 30 de janeiro de 2019.

Diretoria

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO - Em Milhares de Reais					
	2018	2017		2018	2017
<b>ATIVO</b>			<b>PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>		
<b>CIRCULANTE</b>	<b>57.882</b>	<b>24.267</b>	<b>CIRCULANTE</b>	<b>18.311</b>	<b>8.872</b>
Caixa e Equivalentes de Caixa (Nota 5)	44.144	14.711	Impostos e Contribuições a Recolher (Nota 10)	6.072	875
Contas a Receber (Nota 6)	14.715	8.294	Dividendos a Pagar (Nota 21)	250	96
Provisão para Contas a Receber de Liquidação Duvidosa (Nota 6)	(1.091)	(179)	Contas a Pagar (Nota 11)	11.989	7.901
Outros Créditos (Nota 7)	114	1.441			
<b>NÃO CIRCULANTE</b>	<b>5.253</b>	<b>3.283</b>	<b>NÃO CIRCULANTE</b>	<b>73</b>	<b>75</b>
<b>Realizável a Longo Prazo</b>	<b>1.487</b>	<b>125</b>	Provisões para Contingências Cíveis (Nota 13b)	73	75
Outros Créditos (Nota 7)	1.487	125			
<b>Imobilizado de Uso (Nota 8)</b>	<b>6</b>	<b>2</b>	<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	<b>44.751</b>	<b>18.603</b>
Imobilizações de Uso	36	30	Capital Social (Nota 12a)	10.000	4.300
Depreciação Acumulada	(30)	(28)	Reservas de Lucros (Nota 12b)	34.751	14.303
<b>Intangível (Nota 9)</b>	<b>3.760</b>	<b>3.156</b>			
Ativos Intangíveis	6.004	4.369			
Amortização Acumulada	(2.244)	(1.213)			
<b>TOTAL</b>	<b>63.135</b>	<b>27.550</b>	<b>TOTAL</b>	<b>63.135</b>	<b>27.550</b>

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO EM 31 DE DEZEMBRO - Em Milhares de Reais			DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EM 31 DE DEZEMBRO - Em Milhares de Reais					
	2018	2017		Capital Social	Reservas de Lucros Legal	Lucros Estatutária	Lucros Acumulados	Total
<b>RECEITA BRUTA DE SERVIÇOS (Nota 14)</b>	<b>83.641</b>	<b>48.699</b>	<b>Eventos</b>					
Despesas Tributárias - Impostos e Contribuições sobre Serviços (Nota 19)	(11.467)	(6.066)	<b>Saldos em 31.12.2016</b>	<b>2.001</b>	<b>329</b>	<b>6.192</b>	-	<b>8.522</b>
<b>RECEITA LÍQUIDA DE SERVIÇOS</b>	<b>72.174</b>	<b>42.633</b>	Aumento de Capital (Nota 12a)	2.299	-	(2.299)	-	-
<b>RECEITAS OPERACIONAIS</b>	<b>1.852</b>	<b>1.531</b>	Lucro Líquido do Exercício	-	-	-	10.177	10.177
Outras Receitas Operacionais (Nota 15)	1.852	1.531	Destinações: - Reservas	-	508	9.573	(10.081)	-
<b>DESPESAS OPERACIONAIS</b>	<b>(36.340)</b>	<b>(30.307)</b>	- Dividendos Propostos (Nota 12c)	-	-	-	(96)	(96)
Despesas de Pessoal (Nota 17)	(4.085)	(4.436)	<b>Saldos em 31.12.2017</b>	<b>4.300</b>	<b>837</b>	<b>13.466</b>	-	<b>18.603</b>
Despesas Gerais e Administrativas (Nota 19)	(32.131)	(25.826)	Aumento de Capital (Nota 12a)	5.700	(329)	(5.371)	-	-
Despesas Tributárias - Outras (Nota 19)	(124)	(46)	Lucro Líquido do Exercício	-	-	-	26.398	26.398
<b>RESULTADO FINANCEIRO</b>	<b>1.631</b>	<b>1.213</b>	Destinações: - Reservas	-	1.320	24.828	(26.148)	-
Receitas Financeiras (Nota 16)	1.631	1.213	- Dividendos Propostos (Nota 12c)	-	-	-	(250)	(250)
<b>RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO</b>	<b>39.317</b>	<b>15.070</b>	<b>Saldos em 31.12.2018</b>	<b>10.000</b>	<b>1.828</b>	<b>32.923</b>	-	<b>44.751</b>
<b>IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL (Nota 20a)</b>	<b>(12.919)</b>	<b>(4.893)</b>						
<b>LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO</b>	<b>26.398</b>	<b>10.177</b>						
Número de ações	2.632.579	2.632.579						
Lucro líquido por ação em R\$	10,03	3,87						

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA EM 31 DE DEZEMBRO - Em Milhares de Reais		
	2018	2017
<b>Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais:</b>		
Lucro Líquido antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	39.317	15.070
Ajustes ao Lucro Líquido antes dos Impostos	1.943	958
Depreciação e Amortização	1.033	749
Provisão para Contas a Receber de Liquidação Duvidosa	912	179
(Constituições)/Reversões de Provisões Cíveis	(2)	(30)
<b>Lucro Líquido Ajustado antes dos Impostos</b>	<b>41.250</b>	<b>16.028</b>
(Aumento)/Redução em Contas a Receber	(6.421)	(4.628)
(Aumento)/Redução em Outros Créditos	(36)	(240)
Aumento/(Redução) em Outras Obrigações	4.087	(264)
Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos	(7.721)	(4.883)
<b>Caixa Líquido Proveniente/(Utilizado) das Atividades Operacionais</b>	<b>31.169</b>	<b>6.013</b>
<b>Fluxo de Caixa das Atividades de Investimentos:</b>		
Aquisição de Intangível	(1.635)	(1.409)
Aquisição de Imobilizado	(5)	-
<b>Caixa Líquido Proveniente/(Utilizado) nas Atividades de Investimentos</b>	<b>(1.640)</b>	<b>(1.409)</b>
<b>Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamentos:</b>		
Dividendos Pagos	(96)	(46)
<b>Caixa Líquido Proveniente/(Utilizado) nas Atividades de Financiamentos</b>	<b>(96)</b>	<b>(46)</b>
<b>Aumento de Caixa e Equivalentes de Caixa</b>	<b>29.433</b>	<b>4.558</b>
Início do Exercício	14.711	10.153
Fim do Exercício	44.144	14.711
<b>Aumento de Caixa e Equivalentes de Caixa</b>	<b>29.433</b>	<b>4.558</b>

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS - Em Milhares de Reais

**1) CONTEXTO OPERACIONAL**  
A ShopFácil Soluções em Comércio Eletrônico S.A. é uma Companhia que tem por objetivo desenvolver atividades próprias para intermediação, assessoria, administração na venda de produtos, serviços e de negócios em geral realizados por meio de soluções relacionadas ao comércio eletrônico e aos meios de pagamento eletrônico. A ShopFácil Soluções em Comércio Eletrônico S.A. é parte integrante da Organização Bradesco, utilizando-se de seus recursos administrativos e tecnológicos e suas demonstrações contábeis devem ser analisadas neste contexto.  
A autorização para a emissão destas demonstrações contábeis foi concedida pela Diretoria em 30 de janeiro de 2019.

**2) PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS**  
As demonstrações contábeis da Companhia, foram elaboradas de forma consistente entre os exercícios, e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil em 31 de dezembro de 2018. A Administração declara que as divulgações realizadas nas demonstrações contábeis evidenciam todas as informações relevantes utilizadas na sua gestão.

**2.1) Base de preparação e apresentação das demonstrações contábeis**  
As demonstrações contábeis foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). Elas foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor e ajustadas para refletir a mensuração dos ativos ao seu valor justo, quando aplicável.  
A preparação de demonstrações contábeis requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis.

**2.2) Moeda funcional e de apresentação**  
Os itens incluídos nas demonstrações contábeis são mensurados utilizando-se a moeda do principal ambiente econômico no qual a Companhia atua, que é o Real (R\$). As demonstrações contábeis estão sendo apresentadas em milhares de reais.

**2.3) Caixa e equivalentes de caixa**  
Caixa e equivalentes de caixa são utilizados para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo. Assim sendo, incluem disponibilidades em moeda nacional e fundos de investimentos financeiros, que apresentem risco insignificante de mudança de valor justo, uma vez que são prontamente convertíveis em dinheiro.

**2.4) Instrumentos financeiros**  
No ano de 2018 a Companhia passou a aplicar o CPC 48 - Instrumentos Financeiros (IFRS 9) que contém uma nova abordagem de classificação e mensuração de ativos financeiros, onde a entidade baseia-se tanto no modelo de negócios para a gestão dos ativos financeiros, quanto nas características de fluxo de caixa contratual do ativo financeiro. Essa nova abordagem substituiu as categorias de ativos financeiros previstas no CPC 38 (IAS 39): (i) mensurados pelo valor justo por meio do resultado; (ii) investimentos mantidos até o vencimento; (iii) empréstimos e recebíveis; e (iv) disponíveis para venda.  
O CPC 48 classifica os ativos financeiros em três categorias: (i) mensurados ao custo amortizado; (ii) mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA - Patrimônio Líquido); e (iii) mensurados ao valor justo por meio do resultado (VJR).

**Mensurados a valor justo por meio do resultado**  
Os ativos financeiros mensurados a VJR são registrados e inicialmente avaliados pelo valor justo, sendo as respectivas modificações subsequentes do valor justo reconhecidas imediatamente no resultado.  
Os itens do imobilizado são demonstrados ao custo histórico de aquisição, líquido das respectivas depreciações acumuladas. A depreciação é calculada pelo método linear, com base em taxas anuais que contemplam a vida útil - econômica dos bens. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis necessários para preparar o ativo para o uso pretendido pela administração.  
Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado (apurados pela diferença entre os recursos advindos da alienação e o valor contábil do imobilizado), são reconhecidos em outras receitas/despesas operacionais no resultado.

**Mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes**  
São reconhecidos inicialmente a valor justo, mais os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis a sua aquisição ou a sua emissão e são mensurados, subsequentemente, a valor justo com os ganhos e perdas reconhecidos em Outros resultados abrangentes, com exceção das perdas por redução ao valor recuperável e dos ganhos e perdas cambiais de conversão, até que o ativo financeiro deixe de ser reconhecido. As perdas de crédito esperadas são registradas na demonstração do resultado em contrapartida a outros resultados abrangentes, não tendo impacto no valor contábil bruto do ativo.

**2.5) Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros (impairment)**  
Os ativos não financeiros têm a mensuração da perda da seguinte forma:  
Os ativos, que estão sujeitos à amortização ou depreciação, são revisados para verificar seu valor recuperável sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda pela redução ao valor recuperável é reconhecida pelo excesso do valor contábil do ativo ou o valor contábil da sua Unidade Geradora de Caixa (UGC) sobre seu valor recuperável estimado. O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo deduzido dos custos de venda.  
Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado.

**2.6) Imobilizado de uso**  
Corresponde aos direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades ou exercidos com esta finalidade inclusive os decorrentes de operações que transfiram os riscos, benefícios e controles dos bens da Companhia.  
Os itens do imobilizado são demonstrados ao custo histórico de aquisição, líquido das respectivas depreciações acumuladas. A depreciação é calculada pelo método linear, com base em taxas anuais que contemplam a vida útil - econômica dos bens. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis necessários para preparar o ativo para o uso pretendido pela administração.  
Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado (apurados pela diferença entre os recursos advindos da alienação e o valor contábil do imobilizado), são reconhecidos em outras receitas/despesas operacionais no resultado.

**2.7) Intangível**  
Corresponde aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da entidade ou exercidos com essa finalidade. Os ativos intangíveis com vida útil definida são amortizados no decorrer do período estimado do benefício econômico. Composto por softwares são registrados ao custo, deduzido da amortização pelo método linear durante a vida útil estimada (20% ao ano), a partir da data da sua disponibilidade para uso e ajustados por redução ao valor recuperável - impairment, quando aplicável.

**2.8) Provisões, ativos e passivos contingentes e obrigações legais-fiscais e previdenciárias**  
O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, das contingências ativas e passivas e também das obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos pelo CPC 25, sendo:  
• Ativos contingentes: não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração possui controle da situação ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não caibam mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo, e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação com outro passivo exigível. Os ativos contingentes, cuja expectativa de êxito é provável, são divulgados nas notas explicativas;  
• Provisões: são constituídas levando em consideração a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento de tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável, o que ocasionaria uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações, e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança;  
• Passivos contingentes: de acordo com o CPC 25, o termo "contingente" é utilizado para passivos que não são reconhecidos, pois a sua existência somente será confirmada pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros e incertos que não estejam totalmente sob o controle da Administração. Os passivos contingentes não satisfazem os critérios de reconhecimento, pois são considerados

como perdas possíveis, devendo ser apenas divulgados em notas explicativas, quando relevantes. As obrigações classificadas como remotas não são provisionadas e nem divulgadas; e

• Obrigações Legais: Provisão para Riscos Fiscais decorrem de processos judiciais, cujo objeto de contestação é sua legalidade ou constitucionalidade que, independentemente da avaliação acerca da probabilidade de sucesso, têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações contábeis.

**2.9) Patrimônio líquido**  
**a) Lucro por ação**  
A Companhia apresenta dados de lucro por ação básico. O lucro por ação básico é calculado dividindo-se o lucro líquido atribuível aos acionistas da Companhia pela média ponderada das ações ordinárias durante o ano.  
**b) Dividendos a pagar**  
A distribuição de dividendos para acionistas da Companhia é reconhecida como passivo nas demonstrações contábeis, no período em que a distribuição é aprovada por eles, ou quando da proposição do dividendo mínimo obrigatório previsto no Estatuto Social da Companhia.

**2.10) Reconhecimento da receita**  
A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber no curso normal das atividades da Companhia. A Companhia reconhece a receita quando o seu valor puder ser mensurado com segurança, for provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a Companhia e quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades da Companhia.

**2.11) Receitas financeiras**  
As receitas financeiras abrangem rendas sobre fundos de investimentos financeiros e demais ativos financeiros. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos.

**2.12) Imposto de renda e contribuição social (ativo e passivo)**  
A provisão para imposto de renda é constituída à alíquota-base de 15% do lucro tributável, acrescida de adicional de 10%, quando aplicável. A provisão para contribuição social é calculada sobre o lucro antes do imposto de renda, considerando a alíquota de 9%. Foram constituídas provisões para os demais impostos e contribuições sociais, de acordo com as respectivas legislações vigentes. A despesa com imposto de renda é constituída do imposto corrente resultante da aplicação da alíquota adequada ao lucro real do exercício e do imposto diferido proveniente de ativos e passivos fiscais diferidos reconhecidos na demonstração do resultado.

Os créditos tributários sobre adições temporárias serão realizados quando da utilização e/ou reversão das respectivas provisões sobre as quais foram constituídos. Tais créditos tributários são reconhecidos contabilmente com base nas expectativas atuais de sua realização, considerando os estudos técnicos e as análises realizadas pela Administração.  
As modificações no critério de reconhecimento de receitas, custos e despesas computadas na apuração do lucro líquido do período, introduzidas pela Lei nº 11.638/07 e alterações posteriores, foram contempladas fiscalmente pelo novo regime de tributação vigente instituído pela Lei nº 12.973/14.  
A composição dos valores de imposto de renda e contribuição social, a demonstração dos seus cálculos, bem como a origem e previsão de realização dos créditos tributários estão apresentadas na Nota 19.

**2.13) Outros ativos e passivos**  
Os ativos estão demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas (em base *pro rata* dia) e provisão para perda, quando julgada necessária. Os passivos demonstrados incluem os valores conhecidos e mensuráveis, acrescidos dos encargos e das variações monetárias incorridas (em base *pro rata* dia).

**3) GERENCIAMENTO DE RISCOS**  
A Companhia é parte integrante da Organização Bradesco, sendo que seu gerenciamento de risco é realizado por área técnica especializada da Organização, de maneira corporativa e centralizada, sendo um processo contínuo e evolutivo de mapeamento, desenvolvimento, aferição e diagnóstico através de modelos, instrumentos e procedimentos vigentes, exigindo alto grau de disciplina e controle nas análises das operações efetuadas, preservando a integridade e a independência dos processos.

**4) USO DE ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS**  
Nas Demonstrações Contábeis foram utilizadas algumas estimativas e julgamentos elaborados a fim de quantificar determinados ativos e passivos. Tais estimativas e julgamentos são continuamente avaliados e baseiam-se em experiência histórica e diversos outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, considerados razoáveis nas circunstâncias atuais.  
Determinados ativos estão sujeitos à revisão de perda ao valor recuperável (*impairment*). As despesas com perda ao valor recuperável são registradas quando existem evidências claras de perda ao valor recuperável, ou de não-recuperabilidade do custo dos ativos. A avaliação do que constitui perda ao valor recuperável é uma matéria que requer um nível significativo de julgamento.  
As informações sobre incertezas, premissas e estimativas que possam gerar risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo exercício financeiro.

**5) CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA**

	Em 31 de dezembro	
	2018	2017
Disponibilidades em moeda nacional (1)	3.915	97
Fundos de investimento financeiros (2)	40.229	14.614
<b>Total de caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>44.144</b>	<b>14.711</b>

(1) Refere-se a depósito bancário à vista; e  
(2) Referem-se a aplicações de renda fixa em Fundos de Investimentos Financeiros, exclusivos a integrantes da Organização Bradesco ou Sociedade a ele ligadas, que sejam considerados investidores qualificados, administrados pelo Banco Bradesco S.A.

As aplicações em cotas de Fundos de Investimentos geraram resultado financeiro no exercício de 2018 no montante de R\$ 1.631 (2017 - R\$ 1.213).

**6) CONTAS A RECEBER**

	Em 31 de dezembro	
	2018	2017
Serviços prestados a receber (1)	14.715	8.294
Provisão para contas a receber de liquidação duvidosa	(1.091)	(179)
<b>Total</b>	<b>13.624</b>	<b>8.115</b>

(1) Refere-se basicamente a valores a receber decorrentes das intermediações nas vendas R\$ 655 (2017 - R\$ 1.591), intermediações nos Pagamentos R\$ 14.060 (2017 - R\$ 6.669).

	Em 31 de dezembro					
	2018	2017				
<b>A vencer</b>	<b>Vencidos até 30 dias</b>	<b>Vencidos de 31 a 60 dias</b>	<b>Vencidos de 61 a 90 dias</b>	<b>Acima de 91 dias</b>	<b>Total 2018</b>	<b>Total 2017</b>
Intermediações nas vendas	517	29	8	24	77	655
Intermediações nos pagamentos	6.728	4.318	7	10	2.997	14.060
Manutenção de fidelidade	-	-	-	-	-	19
Receita de agenciamento	-	-	-	-	-	15
<b>Total de serviços prestados</b>	<b>7.245</b>	<b>4.347</b>	<b>15</b>	<b>34</b>	<b>3.074</b>	<b>14.715</b>
Provisão para contas a receber de liquidação duvidosa	(36)	(43)	-	(3)	(1.009)	(1.091)
<b>Total líquido para serviços prestados a receber</b>	<b>7.209</b>	<b>4.304</b>	<b>15</b>	<b>31</b>	<b>2.065</b>	<b>13.624</b>

**7) OUTROS CRÉDITOS**

	Em 31 de dezembro	
	2018	2017
Impostos e contribuições a compensar	1.358	1.288
Créditos tributários (Nota 19c)	129	125
Adiantamentos e antecipações salariais	25	29
Devedores diversos	89	124
<b>Total</b>	<b>1.601</b>	<b>1.566</b>

**8) IMOBILIZADO DE USO**  
Demonstrado ao custo de aquisição corrigido. As depreciações são calculadas pelo método linear, com base em taxas anuais que contemplam a vida útil econômica dos bens.

	Em 31 de dezembro	
	2018	2017
Equipamentos em uso	20	36
<b>Total</b>	<b>36</b>	<b>36</b>

**9) INTANGÍVEL**  
Os valores registrados no intangível referem-se a softwares em uso.

	Em 31 de dezembro	
	2018	2017
Equipamentos em uso	20	36
<b>Total</b>	<b>20</b>	<b>36</b>

## Sumário Caderno Empresarial 2

<b>BALANÇO</b>	
RIO PARANAPANEMA PARTICIPAÇÕES S.A.	3
SHOPFÁCIL SOLUÇÕES EM COMÉRCIO ELETRÔNICO S.A.	11



## Diário Oficial Empresarial 2 Estado de São Paulo

Volume 129 • Número 54  
São Paulo, sexta-feira, 22 de março de 2019

Página 11

**Imprensa Oficial**  
GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

# ShopFácil Soluções em Comércio Eletrônico S.A.

CNPJ 14.370.342/0001-08  
Sede: Núcleo Cidade de Deus - Prédio Cinza, 1º Andar, Sala 2 - Vila Yara - Osasco - SP

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS - Em Milhares de Reais

Movimentações do intangível		Em 31 de dezembro		Exercícios findos em 31 de dezembro			
		Software em uso		2018		2017	
Saldo em 31.12.2017		4.369		1.631		1.213	
Entradas		1.635		1.631		1.213	
Saldo em 31.12.2018		6.004					
<b>10) FISCAIS E PREVIDENCIÁRIAS</b>							
		Em 31 de dezembro		Exercícios findos em 31 de dezembro			
		2018		2017			
Impostos e contribuições a recolher		1.385	779	2.552	2.637		
Impostos e contribuições sobre lucros a pagar		4.687	96	825	955		
Total		6.072	875	708	692		
<b>11) CONTAS A PAGAR</b>							
		Em 31 de dezembro		Exercícios findos em 31 de dezembro			
		2018		2017			
Serviços especializados, manutenção e mídia (2)		5.084	5.181	8.434	9.514		
Provisão de incentivo de marketing (3)		1.623	2.039	20.245	14.209		
Provisão de despesa com pessoal (1)		515	497	20	22		
Provisão de despesas com vale alimentação e refeição		37	35	-	17		
Créditos diversos (4)		4.730	149	160	150		
Total		11.989	7.901	1.033	749		
(1) Trata-se de Provisão de Despesas com Pessoal de competência do ano de 2018;							
(2) Referem-se a notas fiscais para pagamentos de contratação de serviços especializados em gestão e controle de todas as transações de compras feitas através do portal ShopFácil, manutenção e suporte técnico ao sistema gerenciador, e mídia que inclui as divulgações em mídias sociais (propaganda) e o marketing da empresa;							
(3) Refere-se a recurso obtido da Bandeira para utilização em campanha promocional; e							
(4) Refere-se a ressarcimento a efetuar para Parceiro ShopFácil decorrente de recebimento em duplicidade no valor de R\$ 4.576, no 2º semestre de 2018.							
<b>12) PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>							
<b>a) Composição do capital social em ações</b>							
O capital social, totalmente subscrito e integralizado, é dividido em ações nominativas-escriturais, sem valor nominal.							
		Em 31 de dezembro		Exercícios findos em 31 de dezembro			
		2018		2017			
Ordinárias		2.632.579	2.632.579	6.462	3.791		
Total		2.632.579	2.632.579	1.399	820		
Em Ata Sumária das Assembleias Gerais Extraordinária e Ordinária, realizadas em 24 de abril de 2018, deliberou-se aumentar o Capital Social no valor de R\$ 5.700, elevando-o de R\$ 4.300 para R\$ 10.000, sem emissão de ações, mediante a capitalização de parte do saldo da conta "Reserva de Lucros - Reserva Estatutária", de acordo com o dispositivo no Parágrafo Primeiro do Artigo 169 da Lei nº 6.404/76.							
<b>b) Reservas de lucros</b>							
		Em 31 de dezembro		Exercícios findos em 31 de dezembro			
		2018		2017			
Reservas de lucros		34.751	14.303	3.606	1.455		
- Reserva legal (1)		1.828	837	124	46		
- Reserva estatutária (2)		32.923	13.466	11.591	6.112		
(1) Constituída obrigatoriamente à base de 5% do lucro líquido do exercício, até atingir 20% do capital social realizado, ou 30% do capital social, acrescido das reservas de capital. Após esse limite a apropriação não mais se faz obrigatória. A reserva legal somente poderá ser utilizada para aumento de capital ou para compensar prejuízos; e							
(2) Visando à manutenção de margem operacional compatível com o desenvolvimento das operações ativas da Companhia, pode ser constituída em 100% do lucro líquido remanescente após destinações estatutárias, mediante proposta da Diretoria, aprovada pelo Conselho e deliberada pela Assembleia Geral, sendo o saldo limitado a 95% do Capital Social Integralizado. Quando o saldo das reservas de lucros ultrapassarem o limite exigido, a Assembleia Geral deliberará sobre a aplicação do excesso na integralização como aumento de capital social ou na distribuição de dividendos. (Artigo 199).							
<b>c) Dividendos mínimos obrigatórios</b>							
Conforme disposições estatutárias, aos acionistas estão assegurados dividendos que correspondam no mínimo a 1% do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos da lei societária. A Assembleia deliberará sobre a destinação do resultado do exercício. Os cálculos dos dividendos relativos aos exercícios de 2018 e 2017 estão demonstrados a seguir:							
		Em 31 de dezembro		Exercícios findos em 31 de dezembro			
		2018		2017			
Lucro líquido do exercício		26.398	10.177	(12.923)	(4.996)		
Reserva legal		(1.320)	(508)	(12.919)	(4.893)		
Base de cálculo		25.078	9.669				
Dividendos mínimos obrigatórios		250	96				
(1) Percentual dos dividendos sobre a base de cálculo.							
<b>13) ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES</b>							
<b>a) Ativos contingentes</b>							
Não foram reconhecidos contabilmente ativos contingentes.							
<b>b) Passivos contingentes cíveis</b>							
A Companhia mantém um sistema de acompanhamento para todos os processos administrativos e judiciais em que a Companhia figura como "autora" ou "ré" e amparada na opinião dos assessores jurídicos classifica as ações de acordo com a expectativa de insucesso. Periodicamente são realizadas análises sobre as tendências jurisprudenciais e efetivado, se necessário, a reclassificação dos riscos desses processos. Neste contexto os processos contingentes avaliados como de risco de perda possível não são reconhecidos contabilmente.							
<b>Movimentação das provisões</b>							
		Em 31 de dezembro		Exercícios findos em 31 de dezembro			
		2018		2017			
No início do período		75	45				
Constituições líquidas de reversões e baixas		(2)	30				
No final do período		73	75				
Os principais processos são pleitos de indenização por dano moral e patrimonial, no montante de R\$ 73 (2017 - R\$ 75), R\$ 178 (2017 - R\$ 244) e R\$ 93 (2017 - R\$ 2), com probabilidade de perda provável, possível e remoto, respectivamente, na avaliação dos advogados que assessoram a Companhia.							
<b>14) RECEITA BRUTA DE SERVIÇOS</b>							
		Exercícios findos em 31 de dezembro		Exercícios findos em 31 de dezembro			
		2018		2017			
Intermediação de meios de pagamentos		77.183	39.978				
Intermediação de vendas		6.105	8.303				
Programas de fidelidade (1)		158	238				
Agenciamento		195	190				
Total		83.641	48.699				
(1) Receitas provenientes da manutenção do Programa de Fidelidade Bônus Clube.							
<b>15) RECEITAS OPERACIONAIS</b>							
		Exercícios findos em 31 de dezembro		Exercícios findos em 31 de dezembro			
		2018		2017			
Outras receitas operacionais (1)		1.852	1.531				
Total		1.852	1.531				
(1) Referem-se basicamente à reversão de provisões para pagamento de serviços de terceiros.							

## RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Acionistas e aos Administradores da  
**ShopFácil Soluções em Comércio Eletrônico S.A.**  
Osasco - SP

**Opinião**  
Examinamos as demonstrações contábeis da ShopFácil Soluções em Comércio Eletrônico S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da ShopFácil Soluções em Comércio Eletrônico S.A. em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

**Base para opinião**  
Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

**Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório dos auditores**  
A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

**Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis**  
A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

**Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis**  
Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

**A DIRETORIA**  
Marcelo da Silva Rego - Contador - CRC - 1SP301478/O-1

Osasco, 21 de março de 2019

**KPMG**  
KPMG Auditores Independentes  
CRC 2SP028567/O-1 F SP

André Dala Pola  
Contador CRC 1SP214007/O-2

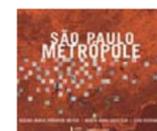
**Diário Oficial** Empresarial 2  
Estado de São Paulo

Volume 129 • Número 54  
São Paulo, sexta-feira, 22 de março de 2019

**imprensaoficial**  
GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

## VISITE NOSSAS LIVRARIAS:

- [livraria.imprensaoficial.com.br](http://livraria.imprensaoficial.com.br) – Livraria Virtual
- Rua XV de novembro, 318 – 2ª a 6ª das 9h as 18h



**imprensaoficial**  
GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

# ShopFácil Soluções em Comércio Eletrônico S.A.

CNPJ 14.370.342/0001-08  
Sede: Núcleo Cidade de Deus - Prédio Cinza - 1º Andar - Sala 2 - Vila Yara - Osasco - SP

## RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Contábeis da ShopFácil Soluções em Comércio Eletrônico S.A., relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2018, acompanhadas das Notas Explicativas e do Relatório dos Auditores Independentes.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2018, a Companhia registrou Lucro Líquido de R\$ 26.398 mil, Patrimônio Líquido de R\$ 44.751 mil e Ativos Totais de R\$ 63.135 mil. A política de dividendos da Companhia assegura o dividendo mínimo de 1% do lucro líquido aos acionistas, conforme previsto em seu estatuto social. Em dezembro de 2018, foram provisionados Dividendos aos acionistas, no montante de R\$ 250 mil.

Em 24 de abril de 2018, a Companhia aumentou capital social no valor de R\$ 5.700 mil, sem emissão de ações, mediante a capitalização da conta de Reserva de Lucros.

Colocamo-nos à disposição de V.Sas. para quaisquer esclarecimentos que julgarem necessários.

Osasco, SP, 30 de janeiro de 2019.  
Diretoria

## BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO - Em Milhares de Reais

	2018	2017		2018	2017
<b>ATIVO</b>			<b>PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>		
<b>CIRCULANTE</b>	<b>57.882</b>	<b>24.267</b>	<b>CIRCULANTE</b>	<b>18.311</b>	<b>8.872</b>
Caixa e Equivalentes de Caixa (Nota 5)	44.144	14.711	Impostos e Contribuições a Recolher (Nota 10)	6.072	875
Contas a Receber (Nota 6)	14.715	8.234	Dividendos a Pagar (Nota 21)	250	96
Provisão para Contas a Receber de Liquidação Duvidosa (Nota 6)	(1.091)	(179)	Contas a Pagar (Nota 11)	11.989	7.901
Outros Créditos (Nota 7)	114	1.441			
<b>NÃO CIRCULANTE</b>	<b>5.253</b>	<b>3.283</b>	<b>NÃO CIRCULANTE</b>	<b>73</b>	<b>75</b>
Realizável a Longo Prazo	1.487	125	Provisões para Contingências Cíveis (Nota 13b)	73	75
Outros Créditos (Nota 7)	1.487	125			
<b>IMOBILIZADO DE USO (Nota 8)</b>	<b>6</b>	<b>2</b>	<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	<b>44.751</b>	<b>18.603</b>
Imobilizações de Uso	36	30	Capital Social (Nota 12a)	10.000	4.300
Depreciação Acumulada	(30)	(28)	Reservas de Lucros (Nota 12b)	34.751	14.303
Intangível (Nota 9)	3.760	3.156			
Ativos Intangíveis	6.004	4.369			
Amortização Acumulada	(2.244)	(1.213)			
<b>TOTAL</b>	<b>63.135</b>	<b>27.550</b>	<b>TOTAL</b>	<b>63.135</b>	<b>27.550</b>

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

## DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO EM 31 DE DEZEMBRO - Em Milhares de Reais

	2018	2017
<b>RECEITA BRUTA DE SERVIÇOS (Nota 14)</b>	<b>83.641</b>	<b>48.699</b>
Despesas Tributárias - Impostos e Contribuições sobre Serviços (Nota 19)	(11.467)	(6.066)
<b>RECEITA LÍQUIDA DE SERVIÇOS</b>	<b>72.174</b>	<b>42.633</b>
<b>RECEITAS OPERACIONAIS</b>	<b>1.852</b>	<b>1.531</b>
Outras Receitas Operacionais (Nota 15)	1.852	1.531
<b>DESPESAS OPERACIONAIS</b>	<b>(36.340)</b>	<b>(30.307)</b>
Despesas de Pessoal (Nota 17)	(4.085)	(4.436)
Despesas Gerais e Administrativas (Nota 18)	(32.131)	(25.826)
Despesas Tributárias - Outras (Nota 19)	(124)	(46)
<b>RESULTADO FINANCEIRO</b>	<b>1.631</b>	<b>1.213</b>
Receitas Financeiras (Nota 16)	1.631	1.213
<b>RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO</b>	<b>39.317</b>	<b>15.070</b>
<b>IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL (Nota 20)</b>	<b>(12.919)</b>	<b>(4.893)</b>
<b>LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO</b>	<b>26.398</b>	<b>10.177</b>
Número de ações	2.632.579	2.632.579
Lucro líquido por ação em R\$	10,03	3,87

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

## DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA EM 31 DE DEZEMBRO - Em Milhares de Reais

	2018	2017
<b>Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais:</b>		
<b>Lucro Líquido antes do Imposto de Renda e Contribuição Social</b>	<b>39.317</b>	<b>15.070</b>
<b>Ajustes ao Lucro Líquido antes dos Impostos</b>	<b>1.943</b>	<b>958</b>
Depreciação e Amortização	1.033	749
Provisão para Contas a Receber de Liquidação Duvidosa	912	179
(Constituições)/Reversões de Provisões Cíveis	(2)	30
<b>Lucro Líquido Ajustado antes dos Impostos</b>	<b>41.260</b>	<b>16.260</b>
(Aumento)/Redução em Contas a Receber	(6.421)	(4.628)
(Aumento)/Redução em Outros Créditos	(36)	(240)
Aumento/(Redução) em Outras Obrigações	4.087	(264)
Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos	(7.721)	(4.883)
<b>Caixa Líquido Proveniente/Utilizado das Atividades Operacionais</b>	<b>31.169</b>	<b>6.013</b>
<b>Fluxo de Caixa das Atividades de Investimentos:</b>		
Aquisição de Intangível	(1.635)	(1.409)
Aquisição de Imobilizado	(5)	-
<b>Caixa Líquido Proveniente/Utilizado nas Atividades de Investimentos</b>	<b>(1.640)</b>	<b>(1.409)</b>
<b>Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamentos:</b>		
Dividendos Pagos	(96)	(46)
<b>Caixa Líquido Proveniente/Utilizado nas Atividades de Financiamentos</b>	<b>(96)</b>	<b>(46)</b>
<b>Aumento de Caixa e Equivalentes de Caixa</b>	<b>29.433</b>	<b>4.558</b>
Início do Exercício	14.711	10.153
Fim do Exercício	44.144	14.711
<b>Aumento de Caixa e Equivalentes de Caixa</b>	<b>29.433</b>	<b>4.558</b>

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS - Em Milhares de Reais

**1) CONTEXTO OPERACIONAL**  
A ShopFácil Soluções em Comércio Eletrônico S.A. é uma Companhia que tem por objetivo desenvolver atividades próprias para intermediação, assessoria, administração na venda de produtos, serviços e de negócios em geral realizadas por meio de soluções relacionadas ao comércio eletrônico e aos meios de pagamento eletrônico. A ShopFácil Soluções em Comércio Eletrônico S.A. é parte integrante da Organização Bradesco, utilizando-se de seus recursos administrativos e tecnológicos e suas demonstrações contábeis devem ser analisadas neste contexto.  
A autorização para a emissão destas demonstrações contábeis foi concedida pela Diretoria em 30 de janeiro de 2019.

**2) PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS**  
As demonstrações contábeis da Companhia, foram elaboradas de forma consistente entre os exercícios, e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil em 31 de dezembro de 2018. A Administração declara que as divulgações realizadas nas demonstrações contábeis evidenciam todas as informações relevantes utilizadas na sua gestão.

**2.1) Base de preparação e apresentação das demonstrações contábeis**  
As demonstrações contábeis foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). Elas foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor e ajustadas para refletir a mensuração dos ativos ao seu valor justo, quando aplicável.  
A preparação de demonstrações contábeis requer o uso de certas estimativas de valores contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis.

**2.2) Moeda funcional e de apresentação**  
Os itens incluídos nas demonstrações contábeis são mensurados utilizando-se a moeda do principal ambiente econômico no qual a Companhia atua, que é o Real (R\$). As demonstrações contábeis estão sendo apresentadas em milhares de reais.

**2.3) Caixa e equivalentes de caixa**  
Caixa e equivalentes de caixa são utilizados para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo. Assim sendo, incluem disponibilidades em moeda nacional e fundos de investimentos financeiros, que apresentem risco insignificante de mudança de valor justo, uma vez que são prontamente convertíveis em dinheiro.

**2.4) Instrumentos financeiros**  
No ano de 2018 a Companhia passou a aplicar o CPC 48 - Instrumentos Financeiros (IFRS 9) que contém uma nova abordagem de classificação e mensuração de ativos financeiros, onde a entidade baseia-se tanto no modelo de negócios para a gestão dos ativos financeiros, quanto nas características de fluxo de caixa contratual do ativo financeiro. Essa nova abordagem substituiu as categorias de ativos financeiros previstas no CPC 38 (IAS 39): (i) mensurados pelo valor justo por meio do resultado; (ii) investimentos mantidos até o vencimento; (iii) empréstimos e recebíveis e (iv) disponíveis para venda.  
O CPC 48 classifica os ativos financeiros em três categorias: (i) mensurados ao custo amortizado; (ii) mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA - Patrimônio Líquido); e (iii) mensurados ao valor justo por meio do resultado (VJR).  
• **Mensurados ao valor justo por meio do resultado**  
Os ativos financeiros mensurados a VJR são registrados e inicialmente avaliados pelo valor justo, sendo as respectivas modificações subsequentes do valor justo reconhecidas imediatamente no resultado.  
São ativos mantidos pela Companhia com o propósito de negócios no curto prazo ou mantidos como parte de uma carteira administrada em conjunto para obtenção de lucro no curto prazo ou para tomada de posições, ou eventualmente, aqueles ativos que não atendem ao teste SPPI. Os instrumentos financeiros derivativos, também, são categorizados como VJR.  
Os ativos financeiros são inicialmente reconhecidos e avaliados pelo valor justo no balanço e, os custos de transação são registrados diretamente no resultado do período.  
• **Mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes**  
São reconhecidos inicialmente a valor justo, mais os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis a sua aquisição ou a sua emissão e são mensurados, subsequentemente, a valor justo com os ganhos e perdas reconhecidos em Outros resultados abrangentes, com exceção das perdas por redução ao valor recuperável e dos ganhos e perdas cambiais de conversão, até que o ativo financeiro deixe de ser reconhecido. As perdas de crédito esperadas são registradas na demonstração do resultado em contrapartida a outros resultados abrangentes, não tendo impacto no valor contábil bruto do ativo.

**2.5) Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros (Impairment)**  
Os ativos não financeiros têm a mensuração da perda da seguinte forma:  
Os ativos, que estão sujeitos a amortização ou depreciação, são revisados para verificar seu valor recuperável sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda pela redução ao valor recuperável é reconhecida pelo excesso do valor contábil do ativo ou do valor contábil da sua Unidade Geradora de Caixa (UGC) sobre seu valor recuperável estimado. O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre o seu valor justo deduzido os custos de venda.  
Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado.

**2.6) Imobilizado de uso**  
Corresponde aos direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados a manutenção das atividades ou exercícios com esta finalidade inclusive os decorrentes de operações que transfiram os riscos, benefícios e controles dos bens da Companhia.  
Os itens do imobilizado são mensurados ao custo histórico de aquisição, líquido das respectivas depreciações acumuladas. A depreciação é calculada pelo método linear, com base em taxas anuais que contemplam a vida útil econômica dos bens. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis necessários para preparar o ativo para o uso pretendido pela administração.  
Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado (apurados pela diferença entre os recursos advindos da alienação e o valor contábil do imobilizado), são reconhecidos em outras receitas/despesas operacionais no resultado.

**2.7) Intangível**  
Corresponde aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da entidade ou exercícios com essa finalidade. Os ativos intangíveis com vida útil definida são amortizados no decorrer do período estimado do benefício econômico. Composto por softwares são registrados ao custo, deduzido da amortização pelo método linear durante a vida útil estimada (20% ao ano), a partir da data da sua disponibilidade para uso e ajustados por redução ao valor recuperável - impairment, quando aplicável.

**2.8) Provisões, ativos e passivos contingentes e obrigações legais-fiscais e previdenciárias**  
O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, das contingências ativas e passivas e também das obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos pelo CPC 25, sendo:  
• **Ativos contingentes:** não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração possui controle da situação ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não caibam mais prejuízos, caracterizando o ganho como praticamente certo, a plena confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação com outro passivo exigível, cuja expectativa de êxito é provável, sendo os ganhos divulgados nas notas explicativas;  
• **Provisões:** são constituídas levando em consideração a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento de tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável, o que ocasionaria uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações, e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança;  
• **Passivos contingentes:** de acordo com o CPC 25, o termo "contingente" é utilizado para passivos que não são reconhecidos, pois a sua existência somente será confirmada pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros e incertos que não estejam totalmente sob o controle da Administração. Os passivos contingentes não satisfazem os critérios de reconhecimento, pois são considerados como perdas possíveis, devendo ser apenas divulgados em notas explicativas, quando relevantes. As obrigações classificadas como remotas não são provisionadas e nem divulgadas;  
• **Obrigações Legais:** Provisão para Riscos Fiscais decorrem de processos judiciais, cujo objeto de contestação é sua legalidade ou constitucionalidade que, independentemente da avaliação acerca da probabilidade de sucesso, têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações contábeis.

**2.9) Patrimônio líquido**  
a) **Lucro por ação**  
A Companhia apresenta dados de lucro por ação básico. O lucro por ação básico é calculado dividindo-se o lucro líquido atribuível aos acionistas da Companhia pela média ponderada das ações ordinárias durante o ano.  
b) **Dividendos a pagar**  
A distribuição de dividendos para acionistas da Companhia é reconhecida como passivo nas demonstrações contábeis, no período em que a distribuição é aprovada por eles, ou quando da proposição do dividendo mínimo obrigatório previsto no Estatuto Social da Companhia.  
**2.10) Reconhecimento da receita**  
A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber no curso normal das atividades da Companhia.  
A Companhia reconhece a receita quando o seu valor puder ser mensurado com segurança, for provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a Companhia e quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades da Companhia.  
**2.11) Receitas financeiras**  
As receitas financeiras abrangem rendas sobre fundos de investimentos financeiros e demais ativos financeiros. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos.  
**2.12) Imposto de renda e contribuição social (ativo e passivo)**  
A provisão para imposto de renda é constituída à alíquota-base de 15% do lucro tributável, acrescida de adicional de 10%, quando aplicável. A provisão para contribuição social é calculada sobre o lucro antes do imposto de renda, considerando a alíquota de 9%. Foram constituídas provisões para os demais impostos e contribuições sociais, de acordo com as respectivas legislações vigentes.  
A despesa com imposto de renda é constituída do imposto corrente resultante da aplicação da alíquota adequada ao lucro real do exercício e do imposto diferido proveniente de ativos e passivos fiscais diferidos reconhecidos na demonstração do resultado.  
Os créditos tributários sobre ações temporárias serão realizados quando da utilização ou reversão das respectivas provisões sobre as quais foram constituídos. Tais créditos tributários são reconhecidos contabilmente com base nas expectativas atuais de sua realização, considerando os estudos técnicos e as análises realizadas pela Administração.  
As modificações no critério de reconhecimento de receitas, custos e despesas computadas na apuração do lucro líquido do período, introduzidas pela Lei nº 11.538/07 e alterações posteriores, foram contempladas fiscalmente pelo novo regime de tributação vigente instituído pela Lei nº 12.973/14.  
A composição dos valores de imposto de renda e contribuição social, a demonstração dos seus cálculos, bem como a origem e provisão de realização dos créditos tributários estão apresentados na Nota 19.  
**2.13) Outros ativos e passivos**  
Os ativos estão demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas (em base pro rata dia) e provisão para perda, quando julgada necessária. Os passivos demonstrados incluem os valores conhecidos e mensuráveis, acrescidos dos encargos e das variações monetárias incorridas (em base pro rata dia).  
**3) GERENCIAMENTO DE RISCOS**  
A Companhia é parte integrante da Organização Bradesco, sendo que seu gerenciamento de risco é realizado por área técnica especializada da Organização, de maneira corporativa e centralizada, sendo um processo contínuo e evolutivo de mapeamento, desenvolvimento, aferição e diagnóstico através de modelos, instrumentos e procedimentos vigentes, exigindo alto grau de disciplina e controle nas análises das operações efetuadas, preservando a integridade e a independência dos processos.  
**4) USO DE ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS**  
Nas Demonstrações Contábeis foram utilizadas algumas estimativas e julgamentos elaborados a fim de quantificar determinados ativos e passivos. Tais estimativas e julgamentos são continuamente avaliados e baseiam-se em experiência histórica e diversos outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, considerados razoáveis nas circunstâncias atuais.

## DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EM 31 DE DEZEMBRO - Em Milhares de Reais

Eventos	Capital Social	Reservas de Lucros		Lucros Acumulados	Total
		Legal	Estatutária		
<b>Saldos em 31.12.2016</b>	<b>2.001</b>	<b>329</b>	<b>6.192</b>	-	<b>8.522</b>
Aumento de Capital (Nota 12a)	2.299	-	(2.299)	-	-
Lucro Líquido do Exercício	-	-	-	10.177	10.177
Destinações - Reservas	-	508	9.573	(10.081)	-
- Dividendos Propostos (Nota 12c)	-	-	-	(96)	(96)
<b>Saldos em 31.12.2017</b>	<b>4.300</b>	<b>837</b>	<b>13.466</b>	-	<b>18.603</b>
Aumento de Capital (Nota 12a)	5.700	(329)	(5.371)	-	-
Lucro Líquido do Exercício	-	-	-	26.398	26.398
Destinações - Reservas	-	1.320	24.828	(26.148)	-
- Dividendos Propostos (Nota 12c)	-	-	-	(250)	(250)
<b>Saldos em 31.12.2018</b>	<b>10.000</b>	<b>1.828</b>	<b>32.923</b>	-	<b>44.751</b>

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

## DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE EM 31 DE DEZEMBRO - Em Milhares de Reais

	2018	2017
<b>Lucro Líquido</b>	<b>26.398</b>	<b>10.177</b>
Outros Resultados Abrangentes	-	-
<b>Total do Resultado Abrangente</b>	<b>26.398</b>	<b>10.177</b>

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

Determinados ativos estão sujeitos à revisão de perda ao valor recuperável (impairment). As despesas com perda ao valor recuperável são registradas quando existem evidências claras de perda ao valor recuperável, ou de não-recuperabilidade do custo dos ativos. A avaliação do que constitui perda ao valor recuperável é uma matéria que requer um nível significativo de julgamento.  
As informações sobre incertezas, premissas e estimativas que possam risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo exercício financeiro.

## 5) CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	2018	Em 31 de dezembro	2017
Disponibilidades em moeda nacional (1)	3.915	97	97
Fundos de investimento financeiros (2)	40.229	14.614	14.614
<b>Total de caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>44.144</b>	<b>14.711</b>	<b>14.711</b>

(1) Refere-se a depósito bancário à vista; e  
(2) Refere-se a aplicações de renda fixa em Fundos de Investimentos Financeiros, exclusivos integrantes da Organização Bradesco ou Sociedade a ele ligada, que sejam considerados investidores qualificados, administrados pelo Banco Bradesco S.A.

As aplicações em cotas de Fundos de Investimentos geraram resultado financeiro no exercício de 2018 no montante de R\$ 1.631 (2017 - R\$ 1.213).

## 6) CONTAS A RECEBER

	2018	Em 31 de dezembro	2017
Serviços prestados a receber (1)	14.715	8.294	8.294
Provisão para contas a receber de liquidação duvidosa	(1.091)	(179)	(179)
<b>Total</b>	<b>13.624</b>	<b>8.115</b>	<b>8.115</b>

(1) Refere-se basicamente a valores a receber decorrentes das Intermediações nas Vendas R\$ 655 (2017 - R\$ 1.591), Intermediações nos Pagamentos R\$ 14.060 (2017 - R\$ 6.668).

	2018	Em 31 de dezembro	2017
Intermediações nas vendas	517	29	8
Intermediações nos Pagamentos	6.728	4.318	7
Manutenção de fidelidade	-	-	10
Reciclagem de agenciamento	-	-	24
<b>Total de serviços prestados a receber</b>	<b>7.245</b>	<b>4.347</b>	<b>15</b>
Provisão para contas a receber de liquidação duvidosa	(36)	(43)	-
<b>Total líquido para serviços prestados a receber</b>	<b>7.209</b>	<b>4.304</b>	<b>15</b>

## 7) OUTROS CRÉDITOS

	2018	Em 31 de dezembro	2017
Impostos e contribuições a compensar	1.358	1.288	1.288
Créditos tributários (Nota 19c)	129	125	125
Adiantamentos e antecipações salariais	25	29	29
Devedores diversos	89	124	124
<b>Total</b>	<b>1.601</b>	<b>1.566</b>	<b>1.566</b>

## 8) IMOBILIZADO DE USO

Demonstrado ao custo de aquisição corrigido. As depreciações são calculadas pelo método linear, com base em taxas anuais que contemplam a vida útil econômica dos bens.

	% anual	Custo	Depreciação	2018	2017
Equipamentos em uso	20	36	(30)	6	2
<b>Total</b>		<b>36</b>	<b>(30)</b>	<b>6</b>	<b>2</b>

## 9) INTANGÍVEL

Os valores registrados no intangível referem-se a softwares em uso.

	% anual	Custo	Amortização	2018	2017
Software em uso	20	6.004	(2.244)	3.760	3.156
<b>Total</b>		<b>6.004</b>	<b>(2.244)</b>	<b>3.760</b>	<b>3.156</b>

## 10) MOVIMENTAÇÕES DO INTANGÍVEL

	2018	Em 31 de dezembro	2017
<b>Saldo em 31.12.2017</b>			<b>4.369</b>
Entradas			1.635
<b>Saldo em 31.12.2018</b>			<b>6.004</b>

## 10) FISCALIS E PREVIDENCIÁRIAS

	2018	Em 31 de dezembro	2017
Impostos e contribuições a recolher	1.385	779	779
Impostos e contribuições sobre lucros a pagar	4.687	96	96

# ShopFácil Soluções em Comércio Eletrônico S.A.

CNPJ 14.370.342/0001-08  
Sede: Núcleo Cidade de Deus - Prédio Cinza - 1º Andar - Sala 2 - Vila Yara - Osasco - SP

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS - Em Milhares de Reais			
<b>15) RECEITAS OPERACIONAIS</b>			
	Exercícios findos em 31 de dezembro		
	2018	2017	
Outras receitas operacionais (1) .....	1.852	1.531	
<b>Total</b> .....	<b>1.852</b>	<b>1.531</b>	
(1) Referem-se basicamente à reversão de provisões para pagamento de serviços de terceiros.			
<b>16) RECEITAS FINANCEIRAS LÍQUIDAS</b>			
	Exercícios findos em 31 de dezembro		
	2018	2017	
Rendimento de aplicações em fundos de investimentos financeiros .....	1.631	1.213	
<b>Total</b> .....	<b>1.631</b>	<b>1.213</b>	
<b>17) DESPESAS DE PESSOAL</b>			
	Exercícios findos em 31 de dezembro		
	2018	2017	
Proventos .....	2.552	2.637	
Benefícios .....	825	955	
Encargos sociais .....	708	692	
Transportes e viagens .....	4.085	4.436	
<b>Total</b> .....	<b>8.170</b>	<b>8.720</b>	
<b>18) DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS</b>			
	Exercícios findos em 31 de dezembro		
	2018	2017	
Assessoria técnica em processamento de dados .....	8.434	9.514	
Publicidade e propaganda .....	20.245	14.209	
Serviços especializados .....	20	22	
Monitoramento de plataforma .....	22	17	
Edições e publicações .....	160	150	
Depreciações e amortizações .....	1.033	749	
Despesas com provisões operacionais .....	1.182	323	
Despesas com passivos contingentes .....	198	81	
Doações e patrocínios .....	383	92	
Perdas com clientes e estabelecimentos comerciais .....	130	138	
Viagens .....	17	15	
Transportes .....	67	136	
Serviços de terceiros .....	1.399	820	
Outras despesas .....	240	361	
<b>Total</b> .....	<b>32.131</b>	<b>25.825</b>	
<b>19) DESPESAS TRIBUTÁRIAS</b>			
	Exercícios findos em 31 de dezembro		
	2018	2017	
Contribuição à Cofins .....	6.462	3.791	
Contribuição ao PIS .....	1.399	820	
Impostos sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN .....	3.606	1.455	
Outros impostos .....	124	46	
<b>Total</b> .....	<b>11.591</b>	<b>6.112</b>	

## A DIRETORIA

Marcelo da Silva Rego - Contador - CRC - 1SP301478/O-1

## RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Acionistas e aos Administradores da ShopFácil Soluções em Comércio Eletrônico S.A. Osasco - SP

**Opinião**  
Examinamos as demonstrações contábeis da ShopFácil Soluções em Comércio Eletrônico S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da ShopFácil Soluções em Comércio Eletrônico S.A. em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

**Base para opinião**  
Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumpriamos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

**Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório dos auditores**  
A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

**Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis**  
A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

**Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis**  
Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, contúlo, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamos-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Osasco, 21 de março de 2019



KPMG Auditores Independentes  
CRC 2SP028567/O-1 F SP

André Dala Pola  
Contador CRC 1SP214007/O-2

# 23,1 MILHÕES DE INTERNAUTAS QUE FAZEM A DIFERENÇA NO CENÁRIO ECONÔMICO DO PAÍS

Divulgue o balanço anual da sua empresa para quem interessa, anunciando nos veículos de maior impacto e cobertura no mercado.

## Valor + O GLOBO + ValorRI

MUITO MAIS VISIBILIDADE PARA A SUA EMPRESA



ANUNCIE: 11 3767.7043 • 21 3521.5500 • 61 3717.3333 • www.valor.com.br/valor-ri

Companhia Aberta		RECRUSUL		65 ANOS		NOSSAS AÇÕES SÃO NEGOCIADAS NAS BOLSAS DE VALORES		
C.N.P.J.: 91.333.666/0001-17		RECRUSUL BRASIL CONTÁBEIS S.A.		65 ANOS		BVMF		
NIRE 43.300.005.003						B3		
BALANÇOS PATRIMONIAIS CONDENSADOS EM - (Em milhares de reais)								
ATIVO	Controladora	Consolidado	PASSIVO	Controladora	Consolidado	DEMONSTRAÇÃO CONDENSADA DOS RESULTADOS EM - (Em milhares de reais)		
	2018	2017		2018	2017	Controladora	Consolidado	2018
CIRCULANTE	15.332	1.174	CIRCULANTE	21.403	36.912	RECEITA LÍQUIDA	4.462	35
NÃO CIRCULANTE	25.647	36.296	NÃO CIRCULANTE	80.053	113.494	LUCRO BRUTO	661	35
Realizável Longo Prazo	23.866	34.403	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	(60.477)	(112.936)	Recargas Operacionais	976	907
Creditos com Partes Relacionadas	2.169	13.408	PATRIMÔNIO LÍQUIDO DOS CONTROLADORES	(60.477)	(112.936)	Despesas Operacionais	(6.244)	(27.253)
Depósitos Judiciais	2.061	1.985	Capital Social	220.000	124.498	Resultado Equiv. Patrimonial	(338)	(1.086)
Outros Investimentos	19.636	19.010	Capital Social a Integralizar	(30.021)	-	<b>RESULTADO OPERACIONAL ANTES DOS EFEITOS FINANCEIROS</b>	<b>(5.325)</b>	<b>(27.397)</b>
Investimentos	147	147	Reservas de Capital	543	543	Recargas Financeiras	(7.700)	(11.874)
Imobilizado	1.633	1.745	Prejuízos Acumulados	(250.999)	(237.977)	Despesas Financeiras	(7.659)	(11.874)
Intangível	1	1	PARTICIPAÇÃO DE NÃO CONTROLADORES	(198)	(193)	<b>RESULTADO ANTES DA PARTICIPAÇÃO DOS NÃO CONTROLADORES</b>	<b>(13.024)</b>	<b>(39.271)</b>
<b>TOTAL DO ATIVO</b>	<b>40.979</b>	<b>37.470</b>	<b>TOTAL DO PASSIVO</b>	<b>40.979</b>	<b>37.470</b>	Imposto de Renda e C-Social Diferido	2.384	2.384

**NOTAS EXPLICATIVAS CONDENSADAS REFERENTE ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS** (Em milhares de reais)

**(a) APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS:** As demonstrações contábeis estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e normas e procedimentos determinados pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM e pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). **(b) ESTIMATIVAS CONTÁBEIS:** As demonstrações contábeis referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018, denominadas de "Controladora" e "Consolidado" foram preparadas no pressuposto da continuidade dos negócios da Recrusul S/A e suas Controladas, com base na operação envolvendo a alienação do ativo imobiliário referente ao parque industrial da Companhia localizado na cidade de Sapucaia do Sul - RS, para buscar o equacionamento da estrutura patrimonial envolvendo passivos de curto e longo prazo bem como alternativas para capital de giro. **(c) AJUSTE A VALOR PRESENTE DE ATIVOS E PASSIVOS:** Quando aplicável, os ativos e passivos de longo prazo são ajustados ao seu valor presente e os de curto prazo, quando seu efeito é considerado relevante em relação ao conjunto das demonstrações contábeis. A Companhia efetuou os cálculos levando em consideração os fluxos de caixa específicos de cada ativo ou passivo em consonância com Deliberação CVM nº 564/08. **(d) DIVIDAS DE LONGO PRAZO:** São demonstradas pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridas. **(e) PATRIMÔNIO LÍQUIDO:** Em 31/12/2018, o capital social subscrito e integralizado é de R\$ 124.498 mil, representado por 1.703 mil ações ordinárias e 3.378 mil ações preferenciais. Através de Assembleia Geral Extraordinária realizada em 22 de novembro de 2018, o capital social subscrito foi aumentado no valor de R\$95.502, com emissão de 23.706.183 ações ordinárias e de 47.035.928 ações preferenciais. Desta forma, em 31 de dezembro de 2018 o capital social subscrito passou a ser de R\$ 220.000 mil (R\$124.498 em 2017) representado por 75.823.374 ações, sendo 25.408.950 ações ordinárias e 50.414.424 ações preferenciais nominativas e sem valor nominal, sendo que, foram totalmente integralizadas R\$189.979 restando R\$83.021 a integralizar.

**(f) INVESTIMENTOS RELEVANTES**

Descrição	Reforma S/A	Reforma S/A	Recrusul Turismo	2017	2016
Capital Social	6.000	19.611	352	25.963	25.963
Patrimônio Líquido/Patrimônio Líquido	(9.165)	(11.060)	(30)	(20.293)	(19.869)
% de Participação no Capital Volante	99,57	70,83	95	-	-
% de Participação no Capital Total	98,06	70,83	95	-	-
Lucro/(Prejuízo) do Exercício	(225)	(167)	-	(391)	(1.330)
Saldo Inicial em 31/12/2017	(225)	(167)	-	(391)	(1.330)
Equivalência Patrimonial	(221)	(117)	-	(338)	(1.086)
Provisão p/ Perda em Investimentos	(8.995)	(7.810)	(37)	(16.643)	(16.506)
Saldo Final em 31/12/2018	-	-	-	147	147
Saldo de Outros Investimentos	-	-	-	147	147
Saldo Total de Investimentos	-	-	-	147	147

**(g) CONCILIAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO ENTRE CONTROLADORA E CONSOLIDADO**

Descrição	Lucro/Prejuízo Líquido do Exercício Controladora	Patrimônio Líquido Consolidado	Lucro/Prejuízo Líquido do Exercício Controladora	Patrimônio Líquido Consolidado
Controladora	(13.024)	(36.887)	(13.024)	(36.887)
Lucros não Realizados na Venda de Imóveis	-	-	(5)	(11)
Participação dos Não Controladores	(5)	(11)	(5)	(11)
Absorção do Patrimônio Líquido Negativo de Controlada	(23)	(13)	(3.254)	(3.130)
Consolidado	(13.052)	(36.911)	(13.052)	(36.911)

**NOTA:** As demonstrações contábeis e o relatório dos Auditores Independentes - Baker Tilly Brasil RS Auditores Independentes S/S, estão sendo publicados em 22 de março de 2019 na íntegra, no Diário Oficial do Estado do Rio Grande do Sul e Jornal do Comércio de Porto Alegre.

**Foz do Rio Claro Energia S.A.**  
CNPJ/MF nº 07.823.262/0001-03  
NIRE: 35.300.328.647

**Aviso aos Acionistas**  
Encontram-se à disposição dos Senhores Acionistas na sede da Sociedade, à Rua Gomes de Carvalho, 1.996, 15º andar, São Paulo/SP os documentos a que se refere o artigo 133, da Lei 6.404/76, relativos ao exercício findo em 31/12/2018. São Paulo, 21 de Março de 2019.  
**A Diretoria.**

---

**Usina Paulista Queluz de Energia S.A.**  
CNPJ nº 06.976.417/0001-70 - NIRE nº 35.300.347.366

**Aviso aos Acionistas**  
Encontram-se à disposição dos Senhores Acionistas na sede da Sociedade, à Rua Gomes de Carvalho, 1.996, 15º andar, São Paulo/SP, os documentos a que se refere o artigo 133, da Lei 6.404/76, relativos ao exercício findo em 31/12/2018. São Paulo, 20 de Março de 2019.  
**A Diretoria.**

Revistas Valor ANUNCIE